

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.403 - MG (2019/0007627-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : R N DE M G
ADVOGADOS : MARCELO LEONARDO - MG025328
CAROLINA LUJAN RODRIGUES LEONARDO - MG098800
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ESTELIONATO. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO. FRAUDE PROCESSUAL. PRISÃO PREVENTIVA REVOGADA PELO ARESTO COMBATIDO. APLICAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DESPROPORCIONALIDADE NÃO VERIFICADA. GRAVIDADE CONCRETA E CIRCUNSTÂNCIAS DA AÇÃO DELITUOSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. As instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos, concluíram que a gravidade concreta e as circunstâncias das ações delituosas justificam a restrição da liberdade do recorrente.

2. No caso dos autos, houve emissão de laudos, receitas, atestados e relatórios médicos, pelo recorrente, certificando doença falsa, para que outros integrantes da organização providenciassem junto à justiça ressarcimentos de remédios de alto custo, em face do plano de saúde AMIL, causando prejuízo milionário.

3. Diante do cenário traçado até aqui, verifico que os pressupostos de cautelaridade relativos à garantia da ordem pública foram atendidos, razão pela qual não há que se falar em afastamento das medidas impostas.

4. Do mesmo modo, suficientemente fundamentado e, à luz do princípio da razoabilidade, a par das circunstâncias do cometimento dos delitos, a medida cautelar de suspensão do exercício da profissão, no caso, da medicina. A suspensão parcial, como sugere a combativa defesa, não se mostra possível, pois limitar a atuação de um médico implica em prejuízo ao paciente que pode ter seu tratamento comprometido.

5. Recurso ordinário em *habeas corpus* desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso.

Os Srs. Ministros Felix Fischer, Jorge Mussi e Ribeiro Dantas votaram
com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

SUSTENTOU ORALMENTE: DR. MARCELO DE SIQUEIRA
ZERBINI (P/RECTE).

Brasília, 30 de maio de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

